

Os trabalhadores da construção civil na revista *Veja*: alguns apontamentos

Edina Rautenberg

Mestre em História, Poder e Práticas Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, bolsista da CAPES.

Resumo: Nosso trabalho procurou perceber os interesses de classe defendidos na linha editorial da revista *Veja*, durante os anos de 1968 a 1978, priorizando em perceber a revista como aparelho privado de hegemonia com afinidades políticas em torno de um setor específico do capital, as empresas de construção civil. Pretendemos demonstrar como a revista foi construindo seu discurso de maneira a criar consenso em torno dos projetos desse setor que, supomos, tinham consonância com os da revista. Neste sentido, este artigo procurou identificar, dentro das matérias levantadas que tratavam do setor da construção civil, a figura dos trabalhadores e como eles são apresentados por *Veja*.

Palavras-chave: Revista *Veja*, Empresas de construção civil, Ditadura militar brasileira, Estado e poder, Trabalhadores

Abstract: Our work attempts to understand the class interests defended in the editorial line of *Veja* magazine, during the year 1968 is 1978, focusing on realizing the magazine as a private apparatus of hegemony to political affinities around a specific sector of the capital, firms construction. We intend to demonstrate how the magazine has built his speech in order to build consensus around the projects that this sector, we assume, were consistent with the magazine. Therefore, this article will seek to identify issues raised within that dealt with the construction industry, the figure of workers and how they are presented in *Veja*.

Keywords: *Veja* magazine, Construction companies, Civilian-military dictatorship in Brazil, State and power, Workers

Tendo em vista todas as bibliografias sobre o período do chamado “milagre econômico” brasileiro que tivemos contato desde a época da graduação até o mestrado¹, nos parece claro a ligação das empresas de construção civil com o governo e principalmente, a expansão que estas empresas tiveram com a execução das “grandes obras” construídas durante o período da ditadura militar.

Em relação a imprensa, são várias as bibliografias que discutem o lugar e papel das empresas de comunicação². Em nosso trabalho, tomamos a revista *Veja* como um aparelho privado de hegemonia que busca criar consenso em torno de seus projetos empresariais. Como demonstra Carla Silva, o principal artifício que *Veja* utiliza para esconder suas intenções próprias e o fato de ser portadora de interesses sociais e de frações de classe, é sua auto-definição enquanto um “sujeito”, escondendo ser interveniente no próprio processo política que é o eixo de sua ação³. Carla Silva demonstra em seu trabalho a ação partidária e o programa intelectual da revista. Neste sentido, nosso trabalho procura demonstrar o posicionamento da revista frente à alguns grupos específicos, no caso, os do setor da construção civil.

O conceito de Hegemonia, central em Antonio Gramsci, já estava em prática desde o *Ordine Nuovo*. A diferença é que, antes dos Cadernos, a hegemonia era pensada em termos de constituição de classe e depois, em termos de configuração do Estado, do Estado Ampliado ou integral, já que ele é “hegemonia encouraçada de coerção”. O Estado é visto enquanto ampliação, mediante a incorporação dos aparelhos privados de hegemonia ao Estado, sendo estes equivalentes à sociedade civil. Isto implica, segundo Sônia Mendonça⁴, em captar a sociedade civil numa dupla rede: relativa às condições materiais de existência, ao sistema privado de produção e relativa aos aparelhos ideológico-culturais de hegemonia, o aspecto educador do Estado. Para Gramsci, sociedade civil é o conjunto das associações sindicais, políticas, culturais genericamente “privadas”, para, segundo Guido Liguori⁵, diferenciá-las da esfera “pública” do Estado.

Partindo dessas conceituações de Gramsci, compreendemos a Sociedade Civil também como espaço da luta intra-classe dominante, que se organiza para disputar a direção social. Os Aparelhos Privados de Hegemonia, para Gramsci, são os instrumentos organizativos construídos no âmbito da Sociedade Civil, pelas diversas classes, com objetivo de disputa de hegemonia. Segundo Gilberto Calil

Para a burguesia, em suas distintas frações, os APH constituem-se como instrumentos voltados à reafirmação ideológica da ordem vigente e à imposição da visão de mundo liberal-burguesa ao conjunto da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que são utilizados nas disputas travadas entre as distintas frações da classe dominante em torno de encaminhamentos concretos relativos aos rumos do desenvolvimento do capitalismo em uma dada formação social⁶.

Os Aparelhos Privados de Hegemonia vinculados a classe dominante são, como demonstra Calil, utilizados também como instrumentos de pressão e disputa nos embates específicos que são travados no interior da classe dominante. A hegemonia deve ser entendida, portanto, como um elemento mais amplo, sendo o consenso formas específicas dessa hegemonia. O consenso se torna o elemento por meio do qual a hegemonia passa a fazer sentido para as pessoas. A imprensa contribui para a criação de consenso em torno de algumas idéias, tendo em vista a implementação de um projeto mais amplo. Neste sentido, podemos pontuar também, como demonstra Carla Silva⁷, certa “afinidade política” dos meios de comunicação com outros produtores de hegemonia e sua efetiva contribuição para a construção de um programa de ação.

Neste sentido, nosso trabalho procurou perceber os interesses de classe defendidos na linha editorial da revista *Vêja*, priorizando em perceber a revista como aparelho privado de hegemonia com afinidades políticas em torno de um setor específico do capital, as empresas de construção civil. Procuramos demonstrar como a revista foi construindo seu discurso de maneira a criar consenso em torno dos projetos desse setor que eram consonantes com os interesses da revista.

Para desenvolvermos a discussão, empregamos o recorte temporal de 1968 a 1978, que nos permitiu analisar o discurso da revista desde o seu lançamento, em 11 de setembro de 1968, quando o Brasil já vivia em um sistema político de ditadura há quatro anos, até o término da chamada “1ª fase de distensão”, caracterizada por David Maciel⁸. O ano de 1978 foi adotado como recorte por uma série de elementos.

Primeiro, tendo em vista as fases caracterizadas por David Maciel para o processo de transição da ditadura militar à Nova República. Maciel defende alguns períodos no regime ditatorial, que são definidos pelas situações e correlações de forças: 1964-67: Vitória da perspectiva cezarista militar, 1967-69: Consolidação e aperfeiçoamento do cezarismo; 1969-74: Conformação prática da institucionalidade autoritária; 1974-77: Primeira fase da distensão; 1977-82: Período das reformas institucionais (segunda fase da distensão); 1982-85: Crise da ditadura. Portanto, nosso recorte compreenderá este período que se estende até o fim da primeira fase da distensão e o fim do governo Geisel, procurando perceber o posicionamento da revista em relação às políticas econômicas dos diferentes governos.

O recorte leva em conta o período de ápice e crise do chamado “milagre econômico” brasileiro e, principalmente, o II PND, um plano econômico lançado no final de 1974, como tentativa de reverter à crise conjuntural da economia brasileira. O II PND teria, portanto, a finalidade de retirar do atraso o setor

de meios de produção e aumentar o investimento nas indústrias de base. Neste sentido, procuraremos perceber o posicionamento de *Veja* frente estas diversas fases econômicas.

Outro elemento levado em conta quando do recorte, são as pesquisas realizadas por Pedro Campos, onde ele caracteriza a internacionalização das empresas de construção civil como característica do final da década de 70. Com exceção da Mendes Júnior, que solitariamente participou de alguns projetos no exterior já em 1969, as demais firmas de obras pesadas começaram a se internacionalizar em fins de 1970. Segundo Campos,

Em 1979, a construtora Norberto Odebrecht iniciou obras de barragens no Chile e no Peru, consolidando sua fase internacional iniciada com a construção feita no Paraguai, a partir de 1973. Em 1978, a Camargo Corrêa começou a construção da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, a segunda em potencia do mundo, então, com capacidade instalada de 10.300 MW. Em 1983, a Andrade Gutierrez estabeleceu o seu primeiro projeto no exterior, o de uma rodovia no Congo. Com uma barragem próxima a Montevidéu, a Queiroz Galvão fincou os pés na América Latina, em 1984⁹.

Neste sentido, optamos por priorizar o setor da construção civil até esse momento em que se inicia o processo de internacionalização, não tendo esta característica como ponto de discussão principal na pesquisa.

Colado a esta perspectiva, está a construção da usina de Itaipu, uma das “obras faraônicas” do governo militar, que se inicia em 1975. Apesar de a conclusão das obras se darem apenas em 1982, acreditamos que o recorte dará conta de perceber as discussões realizadas em torno das empreiteiras dessa obra.

O trabalho apresentado aqui é fruto de algumas reflexões realizadas ainda no primeiro semestre de 2009, no Programa de Mestrado em História pela UNIOESTE, junto a uma das disciplinas do programa de pós-graduação, denominada “História e Trabalho”. Neste sentido, este artigo procurou identificar, dentro das matérias levantadas que tratavam do setor da construção civil, a figura dos trabalhadores e como eles são apresentados por *Veja*. Como metodologia de trabalho, foram selecionadas 6 matérias da revista *Veja* entre 1968 e início de 1974, que tratavam de temas relacionados à construção civil. Esta seleção ocorreu com base em nosso levantamento de dados da revista, na qual fichamos todas as matérias que tratavam sobre o tema da construção civil e das “grandes obras” entre 1968 e 1975.

Foi interessante notar, quando do levantamento de dados sobre *Veja*, que nas primeiras matérias em que a revista trata da construção das usinas hidrelétricas, não há menção aos trabalhadores envolvidos na

construção das obras. Como exemplo, citamos a matéria de 25/06/1969, quando *Veja* trata da construção do Conjunto Hidrelétrico de Urubunguá, “uma obra que se gasta diariamente 2 milhões de cruzeiros novos. Quando estiver terminada, em 1974, deverá ter consumido 900 milhões de dólares”¹⁰. A revista trata dos investimentos, situa que as obras iniciaram em 1960, porém não mostra os trabalhadores envolvidos. Percebe-se o caráter de exaltação de *Veja* quando afirma que o conjunto “será o maior conjunto hidrelétrico de todo o mundo ocidental”¹¹, colocando os trabalhadores como descartados do processo. O mesmo ocorre nas matérias de 25/9/1968 (Edição 03), quando fala sobre a construção de usinas hidrelétricas no Paraná e em 5/2/1969 (Edição 22), onde *Veja* discute a questão da energia elétrica e a construção de usinas hidrelétricas.

Ana Claudia Moreira Cardoso¹², na obra “Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: vivências cotidianas de trabalhadores”, discute a questão do tempo como uma construção social e, portanto, como resultado de uma correlação de forças presentes na sociedade, em determinado momento. Trazendo uma citação de Adret, a autora aponta o interesse da sociedade atual para a não discussão da questão do trabalho

A sociedade atual tem um interesse vital em que a questão do trabalho não seja discutida. Para evitar todo debate, ela nos inculcou todos os tipos de bons princípios. A duração do trabalho, em particular, aparece determinada com o rigor de um dado natural. Diminuir o horário de 8 horas, fixado há mais de cinquenta anos, parece tão inconcebível quanto reduzir o número de dias do ano, quanto mudar o número de horas que conta o dia. (Adret – “Travailler deux heures par jour”).

Talvez este seja um dos motivos para *Veja* não discutir a questão do trabalho nessas matérias analisadas. Além disso, esta naturalização do trabalho apareceu em todas as matérias analisadas de *Veja*. Levando em consideração o grande número de edições de *Veja* com matérias sobre a construção civil e as chamadas “grandes obras” do governo militar (foram fichadas 86 matérias entre 1968-1975), o que nos chamou atenção foi esta ausência dos trabalhadores nas matérias. Quando a revista tratou da construção da Transamazônica e da Ponte Rio-Niterói, a ênfase da revista é, em sua maioria, voltada para a figura dos empreiteiros. Qual o motivo dessa importância? Qual o objetivo da revista ao priorizar esta questão? Estas são perguntas que pretendemos resolver com o decorrer da pesquisa. De momento podemos supor que *Veja* tinha um projeto que estava de acordo com alguns setores empresariais. E talvez o setor de construção civil possa ser um deles.

Neste sentido, uma matéria que gostaríamos de analisar, é a presente na edição 169 de 1/12/1971, cujo título “O empreiteiro: culpado ou inocente”, nos proporciona demonstrar os motivos que nos levaram a atração pelo tema. A matéria inicia de forma narrativa, tratando sobre um acidente ocorrido em Porto

Alegre, em março de 1971. Descrevendo os prejuízos causados por falhas técnicas dos engenheiros que planejaram a obra, *Veja* segue ironizando quando trata da responsabilização dos culpados. “*Parece ser realmente muito difícil, até mesmo para os mais ilustres e conceituados especialistas, localizar erros, grosseiros ou não, nos casos de acidentes em construção de obras públicas*”¹³. E neste sentido, segue citando outros casos de acidentes ocorridos onde os responsáveis não foram encontrados, ou quando foram, não sofreram punições.

Porém, apesar deste início um tanto quanto crítico, a posição da revista começa a ser perceptível a partir do subtítulo, “Mão-de-obra continental” onde *Veja* expõe a sua opinião.

No entanto, apesar das queixas e de desabamentos ocasionais, a verdade é que as empreiteiras de maior porte e a expansão do setor (a indústria da construção civil é a maior empregadora industrial do país, com cerca de 700 000 empregados) são aparentemente tão sólidas que poderão levar o Brasil, a curto prazo, à posição de mestre-de-obras em toda a América Latina. Já está sendo articulado um consórcio que deverá reunir Camargo Correa, Cetenco e Mendes Júnior – três das maiores construtoras do Brasil – em empreendimentos no exterior¹⁴.

Percebe-se que, apesar dos desastres ocasionados pela má execução de determinadas obras, *Veja* pretende deixar sobressair as vantagens proporcionadas por essas empresas de construção civil, tanto no sentido dos empregos, sendo a maior empregadora industrial do Brasil, como sua posição em relação ao mercado internacional e o prestígio do Brasil nesse sentido. No final da matéria a revista traz dados da empresa Camargo Corrêa que era, em 1971, a 22ª maior empresa do país, e estava entre as 5 maiores construtoras do mundo.

Para encerrar esta matéria e iniciar a discussão em torno dos trabalhadores, transcrevemos o último parágrafo desta matéria.

Os empreiteiros, de fato, aparecem nessas circunstâncias, mais como vítimas do que como responsáveis pelas falhas técnicas e até mesmo pela sucessão de trágicos acidentes ocorridos nos últimos tempos. Mas é provável que, historicamente, eles tenham uma razoável parcela de culpa. Afinal, como sugeri recentemente um arqueólogo americano ao constatar que existem mais ruínas de pirâmides as margens do Nilo do que faraós nas dinastias egípcias, é provável que os empreiteiros daquele tempo, tão persuasivos como os de hoje, tenham convencido os faraós a construir pirâmides a mais, apenas para aproveitar a mão-de-obra ociosa¹⁵.

Ao afirmar o elevado número de obras construídas pelo governo militar, *Veja* parece estar apontando para o caráter do governo de criação de empregos para a abundante oferta de mão-de-obra.

Entretanto, essa “mão-de-obra ociosa” que existiria no Brasil, parece se extinguir em 1973, quando *Veja* dedica uma matéria de 5 páginas, falando sobre a escassez de mão-de-obra, intitulada “Onde está a

mão-de-obra?”. É interessante notar como a revista se refere a estes trabalhadores: “E, quando, a escassez chegou ao setor da construção civil, outrora servido por levadas inesgotáveis de ‘pés duros’, os carregadores de tijolos na gíria carioca, consolidou-se a prática de aumentos concedidos sem greves ou inquietações”¹⁶. A expressão pejorativa “pés-duros” deve se referir as difíceis condições de trabalho, porém esta questão não é abordada pela revista. Apesar de o título sugerir uma escassez de oferta de mão-de-obra, percebe-se claramente que a preocupação central da matéria é discutir o aumento do preço da mão-de-obra dos trabalhadores da construção civil.

Podia ser tentado o mercado de Brasília, onde há três anos sobravam “candangos” dispostos a trabalhar por qualquer preço, mas lá um servente recebe agora 1,80 cruzeiro por hora, num aumento de 100% sobre o anterior – o maior salário mínimo atual é de 1,30 cruzeiro/hora. E não acham na capital pedreiros dispostos a empunhar uma colher por menos de 2,40 cruzeiros/hora.

Até mesmo em Belo Horizonte, velha reserva de trabalhadores eternamente disponíveis para carregar latas de areia ou assentar tijolos, há empreiteiros pagando 2,70 cruzeiros/hora, mais transporte e lanches gratuitos e promessas de intermináveis horas de trabalho extraordinário, para conseguir trabalhadores (...) Lentamente, estes aumentos estão sendo incorporados institucionalmente aos salários negociados todo ano pelos sindicatos nos dissídios coletivos¹⁷.

Portanto, o problema para *Veja* não é a falta de trabalhadores e sim, o aumento do preço dessa força de trabalho. Além disso, a revista procura deixar evidente que este aumento nos salários dos trabalhadores teria sido obtido sem auxílio de paralisações ou greves. “Desde então, o recurso da greve tem se revelado inadequado para pressionar aumentos salariais”¹⁸. Confirmando a lógica da revista, já percebida em outros trabalhos sobre o período, de condenar as greves e paralisações dos trabalhadores e movimentos sociais.

Outro elemento destacado por *Veja* nesta matéria, é a questão do treinamento e aperfeiçoamento profissional. “Da habilidade manual desses trabalhadores, ninguém ousa duvidar”¹⁹. E *Veja* começa a relatar o desenvolvimento técnico de empresas chegando a conclusão de que este trabalhador manual, mesmo que habilidoso, não se encaixaria no “progresso industrial” pretendido pela empresa se não se aperfeiçoasse.

Neste plano ambicioso, a facilidade para a memorização de gestos automáticos, limite máximo das exigências de velhos teares mecânicos, não terá qualquer utilidade. E os operários, consumidores de seu próprio talento, quando convenientemente provocados pela oratória catequética dos cabos eleitorais estabelecidos nos subúrbios industriais, terão de se defrontar com a insaciável necessidade de treinamento da tecnologia contemporânea. (...) Porque na operação das máquinas automáticas os funcionários deverão conhecer detalhes somente fornecidos aos alunos de cursos regulares nas escolas técnicas²⁰.

E como solução para o problema *Veja* aponta para a necessidade dos empresários fornecerem cursos de especialização para esses trabalhadores “desqualificados”. Parece que a revista tira a responsabilidade do Estado de fornecer essa especialização, mas também não a joga em cima dos trabalhadores. Os empresários é que deveriam investir na formação de um operário “de novo tipo”.

Sem dúvida, a vinculação da qualidade do trabalho à eficiência contém a resposta definitiva para a crise na oferta de mão-de-obra de uma economia que corre com velocidade inimaginável para os futurólogos da década passada. Os empresários, entretidos com a descoberta de uma nova dimensão na escala industrial, relegaram ao escaninho das preocupações distantes os investimentos para formar um novo tipo de operário. Embora seja irretorquível o fato de que a coordenação motora das habilidades no manuseio de objetos pressupõe a existência de um cérebro apto a receber lições teóricas, perderam-se pelo menos cinco anos no balanço do treinamento especializado, pois o boom industrial estava caracterizado desde o início de 1968²¹.

Percebe-se que *Veja* preocupa-se em indicar caminhos para os empresários que deveriam estar preparados para as necessidades que o “crescimento econômico” que vinha ocorrendo desde 1968, exigia para que pudesse ser realmente efetivo. *Veja* não desenvolve o que seria “um cérebro apto a receber lições teóricas”, mas supõe-se que seria esse trabalhador especializado, formado por cursos profissionalizantes.

Trazendo dados de cursos do SENAI pelo Brasil, *Veja* constata que muitos cursos ainda encontram-se em estado obsoletos, formando gente sem capacitação para manipular os equipamentos encontrados no mercado. “*Muitas vezes, os cursos intensivos ensinam profissões desnecessárias*”²², e *Veja* dá o exemplo do treinamento de trinta bombeiros hidráulicos no Ceará, quando a cidade não tinha condições de empregar mais de três.

Veja estabelece uma contraposição entre o que ela chama de “desencontro entre a oferta e a demanda de operários especializados”, e a necessidade imediata de preencher os cargos vagos. Neste sentido, a revista conclui que, “*em matéria de emprego, a situação está boa para o trabalhador*”²³.

Tão boa que a Bras-Cobrasma, adotou a surpreendente técnica da panfletagem, distribuindo volantes em pontos de ônibus, bares e campos de futebol de várzea, para atrair os mecânicos e soldadores que Arruda, em sua mesa no sindicato, não conseguia descobrir²⁴.

Percebe-se que a situação boa para o trabalhador descrita por *Veja* não são melhores condições de trabalho ou salários e sim o que ela chama de abundância de ofertas. Essa relação direta, que tenta-se estabelecer como consenso, entre avanço tecnológico e aperfeiçoamento profissional, supõe, em teoria, uma melhoria na qualidade dos empregos. Entretanto, não é isso que acontece. Como demonstra M. Medeiros em “Bom mesmo é ser metalúrgico”²⁵, com o advento da tecnologia e da utilização das máquinas nas fábricas, tem-se

a consequência de fazer com que o trabalhador pense o mínimo possível. Neste sentido, o aperfeiçoamento profissional não tem como objetivo estimular as capacidades intelectuais do trabalhador e sim, estabelecer uma base de comunicação entre os trabalhadores e os responsáveis pela implantação dos novos equipamentos. O “trabalhador qualificado” facilitará a automação das tarefas desempenhadas por ele, seus colegas e eventuais ajudantes. Além disso, os trabalhadores são cada vez mais estimulados a terem conhecimento de apenas uma tarefa, desconhecendo o restante do processo produtivo. Isso facilita a rotatividade de mão-de-obra dentro das fábricas, porque o trabalhador se torna mais sujeito à demissão, bem como dificulta a entrada do trabalhador em outro emprego, pelo fato de ter conhecimento de apenas uma parte do processo produtivo.

Posteriormente, em 27/2/1974, *Veja* apresenta a participação da mão-de-obra feminina no trabalho da construção civil. Segundo a revista,

O trabalho na construção civil não se inclui mais entre as duras ocupações privativas do homem. A partir da semana passada, setenta e oito mulheres foram admitidas como serventes nas obras do edifício-sede da Embratel, em Brasília, com o salário-hora de 1,50 cruzeiro. Para que isso ocorresse, o Ministério do Trabalho teve que emitir uma autorização especial, pois a lei proíbe que se empreguem mulheres em atividades perigosas ou insalubres, como é considerada a construção civil²⁶.

A revista apresenta o fato como sendo uma conquista das mulheres, sem discussão as circunstâncias que levaram estas mulheres a optarem para tal serviço. Se compararmos o salário pago a estas mulheres com o salário exposto por *Veja* na matéria anterior quando a revista trabalha com a questão da escassez de mão-de-obra para o setor de construção civil, perceberemos que o salário a ser pago a estas mulheres seria significativamente menor. Entretanto isto não é discutido pela revista. *Veja* procura apresentar a incorporação dessas mulheres ao mercado de trabalho da construção civil como sendo um progresso em relação as lutas femininas para igualar-se ao homem no setor profissional. Ao trazer o posicionamento do presidente da Concursan, empresa da qual partiu a idéia da utilização da mão-de-obra feminina, *Veja* aponta para os resultados.

Para o presidente da Concursan os resultados foram “excelentes”, e a experiência pode se estender a todo o país. Por ele, as mulheres poderiam ser empregadas até mesmo em tarefas auxiliares na abertura de rodovias, o que contornaria o atual problema de escassez de mão-de-obra²⁷.

A revista também não discute essa mudança na lei para permitir que as mulheres trabalhassem em atividades perigosas, nem se houve alguma adaptação para evitar determinados acidentes. A única

observação que *Veja* faz é quanto ao vestuário dessas trabalhadoras: “*Só fez uma exigência às primeiras candidatas: elas deveriam trabalhar de calças compridas. A saia se tornaria incomoda quando tivessem que subir em escadas e poderia provocar reações inesperadas entre os colegas de serviço*”²⁸.

Esta questão vem ao encontro do trabalho do sociólogo francês M. Godelier, quando ele trabalha com divisão sexual do trabalho que, segundo ele, não traduz aquilo que os sexos podem fazer, mas o que eles devem fazer. “*Trata-se de uma relação social que deve ser testemunha de e testemunha por uma certa ordem social, que deve reproduzir ao mesmo tempo que atua sobre a natureza*”²⁹. Entretanto, segundo Godelier, o problema não é apenas o do papel dos sexos no processo de trabalho, mas ainda o do seu lugar na apropriação das condições e do produto deste processo. Entretanto, como percebemos em *Veja* essa apropriação não é discutida por *Veja*. E ficou claro aqui que, o objetivo da contratação da mão-de-obra feminina se deu devido ao seu baixo custo e como sendo uma alternativa para a escassez de mão-de-obra.

Enfim, estas são apenas algumas discussões iniciais sobre o papel de *Veja* enquanto aparelho privado de hegemonia, na tentativa de estabelecer consenso em torno de alguns projetos de determinados grupos sociais. Como podemos perceber neste trabalho, a revista procurou sempre estar orientando os empresários para os melhores caminhos a serem seguidos, possibilitando aquilo que Francisco de Oliveira³⁰ chama de sociedade do “Ornitórrinco”.

Para Francisco de Oliveira, o Brasil é um animal estranho, cuja evolução não apagou os seus traços primitivos. O Brasil é um país onde o arcaico e o moderno convivem naturalmente. A tese principal de Oliveira, é que a sociedade brasileira não é fruto do atraso. Pelo contrário, o ornitórrinco é essa formação em que, sob o atraso, montou-se um sistema econômico, que tem setores mais avançados convivendo e funcionalizando o atraso. Talvez *Veja* seja uma das maneiras de funcionalizar esses elementos que eram atributos do atraso. Francisco Oliveira alerta para a “inclusão social”, já que no mundo da mercadoria não há nenhum excluído. O mundo da mercadoria inclui a todos, como afirma o autor. Até mesmo os desempregados estão incluídos no mundo da comercialização. O capitalismo coloniza a política e ao mesmo tempo elimina a política. Nossa tese é a de que *Veja* colabora para a criação de consenso de maneira a encobrir as contradições do modo de produção capitalista que é profundamente concentrador e excludente, em um país em que crescimento econômico e desigualdade convivem através da sociedade do Ornitórrinco.

BIBLIOGRAFIA

- CALIL, Gilberto. “Aparelhos Privados e Hegemonia: a Sociedade Civil como instância da luta de classes”. IN: ANTOGNAZZI, Irma; REDONDO, Nilda (Org.). *Qué Universidad necesitan los pueblos: a 90 años de La reforma universitaria 1918-2008*. Rosário: Grupo de Trabajo Hacer La História, 2009.
- CAMPOS, Pedro Pedreira. *A formação do grande capital brasileiro no setor da indústria de construção: resultados preliminares de um estudo sobre causas e origens*. In: Trabalho Necessário [no prelo]. Rio de Janeiro: 2009.
- _____. “As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras”. IN: *Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica*. São Paulo. ABPHE (Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica). 2008.
- CARDOSO, Ana Claudia Moreira. *Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: vivências cotidianas de trabalhadores*. SP: USP/Dep.Sociologia, 2007. Tese de Doutorado.
- FONSECA, Francisco César Pinto da. **Divulgadores e vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil**. Doutorado em História, USP, 2001.
- GODELIER, M. “Trabalho”. IN: *Enciclopédia Einaudi*, vol.7. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- LUCA, Tania Regina de. **A revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.
- MEDEIROS, Mônica Chavier. “*Bom mesmo é ser metalúrgico*”: vivências de trabalhadores metalúrgicos em São José dos Campos – SP. Uberlândia: UFU/PPGH, 2007. Dissertação de Mestrado.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org.). **História e imprensa**. Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão Dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- Projeto História:** revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de

História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC. n.35, p.1-413, dez.2007.

SILVA, Carla Luciana. “Uma visão segmentada para uma dominação total: editoras, projeto educativo e construção de hegemonia”. IN: ANTOGNAZZI, Irma; REDONDO, Nilda (Org). *Qué Universidad necesitan los pueblos: a 90 años de La reforma universitaria 1918-2008*. Rosário: Grupo de Trabajo Hacer La História, 2009.

SILVA, Carla. ***Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002***. Niterói: UFF, Tese de Doutorado. 2005.

Fontes:

Veja, Ed. 42 – 25/6/1969

Veja , Ed.3 – 25/9/1968

Veja, Ed.22 – 5/2/1969

Veja, Ed.169 – 1/12/1971

Veja, Ed.276 – 19/12/1973

Veja, Ed.286 – 27/2/1974

- 1 Entre as várias bibliografias destacamos:
 MARTINS, Carlos Estevam (Org.). *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1977;
 MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1985;
 MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente. 1964-1992*. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 2004;
 PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilda de Almeida Neves (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. RJ: Civilização Brasileira, 2003.
- 2 Como exemplo de bibliografia citamos:
Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC. n.35, p.1-413, dez.2007.
 KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**. Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
 LUCA, Tania Regina de. **A revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
 NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org.). **História e imprensa**. Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.
 FONSECA, Francisco César Pinto da. **Divulgadores e vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil**. Doutorado em História, USP, 2001.
- 3 SILVA, Carla. **Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002**. Niterói: UFF, Tese de Doutorado. 2005. P.90.
- 4 Estas discussões introdutórias sobre Gramsci são fruto das discussões realizadas na disciplina de Teoria e Metodologia, ministrada pela professora Dra. Sonia Mendonça. Estes apontamentos foram caracterizados por Sonia Mendonça em um pequeno texto no qual ela procurou traçar as chaves para uma leitura teórico - política de Antonio Gramsci.
- 5 LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- 6 CALIL, Gilberto. “Aparelhos Privados e Hegemonia: a Sociedade Civil como instância da luta de classes”. IN: ANTOGNAZZI, Irma; REDONDO, Nilda (Org.). *Qué Universidad necesitan los pueblos: a 90 años de La reforma universitaria 1918-2008*. Rosário: Grupo de Trabajo Hacer La Historia, 2009. P.247.
- 7 SILVA, Carla Luciana. “Uma visão segmentada para uma dominação total: editoras, projeto educativo e construção de hegemonia”. IN: ANTOGNAZZI, Irma; REDONDO, Nilda (Org.). *Qué Universidad necesitan los pueblos: a 90 años de La reforma universitaria 1918-2008*. Rosário: Grupo de Trabajo Hacer La Historia, 2009.
- 8 MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.
- 9 CAMPOS, Pedro. Op. Cit. p.6.
- 10 (*Veja*, Ed. 42 – 25/6/1969. p.23)
- 11 Idem.
- 12 CARDOSO, Ana Claudia Moreira. *Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: vivências cotidianas de trabalhadores*. SP: USP/Dep.Sociologia, 2007. Tese de Doutorado.
- 13 *Veja*, Ed.169 – 1/12/1971. p.24.
- 14 Idem. p.24-5.
- 15 Idem. p.27.
- 16 *Veja*, Ed.276 – 19/12/1973. p.123.
- 17 Idem. p.126.
- 18 Idem. p.128.
- 19 Idem. P.124.
- 20 Idem. P.124-5.
- 21 Idem.
- 22 Idem.
- 23 Idem.
- 24 Idem.
- 25 MEDEIROS, Mônica Chavier. “*Bom mesmo é ser metalúrgico*”: vivências de trabalhadores metalúrgicos em São José dos Campos – SP. Uberlândia: UFU/PPGH, 2007. Dissertação de Mestrado.
- 26 *Veja*, Ed.286 – 27/2/1974. p.26
- 27 Idem.

28 Idem.

29 GODELIER, M. “Trabalho”. IN: *Enciclopédia Einaudi*, vol.7. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. p.25.

30 OLIVEIRA, Francisco. *Critica à razão Dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.